

EDUCAÇÃO: AGREGANDO, INCLUINDO E ALMEJANDO OPORTUNIDADES

5



Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

EDUCAÇÃO: AGREGANDO, INCLUINDO E ALMEJANDO OPORTUNIDADES

5



Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E24 Educação [recurso eletrônico] : agregando, incluindo e almejando oportunidades 5 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5706-416-0

DOI 10.22533/at.ed.160202109

1. Educação – Pesquisa – Brasil. I. Silva, Américo Junior Nunes da.

CDD 370

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Importante contar ao leitor, antes de apresentar com mais detalhe as características desta obra, o contexto em que ela se insere, marcando bem o lugar histórico que a circunscreve.

Fomos surpreendidos, em 2020, por uma pandemia: a do novo coronavírus. O distanciamento social, reconhecida como a mais eficaz medida para barrar o avanço do contágio, fizeram as escolas e universidades suspenderem as suas atividades presenciais e pensarem em outras estratégias que aproximassem estudantes e professores. E é nesse lugar de distanciamento social, permeado por angustias e incertezas típicas do contexto pandêmico, que os professores pesquisadores e os demais autores reúnem os seus escritos para a organização deste volume.

Como evidenciou Daniel Cara em uma fala a mesa “*Educação: desafios do nosso tempo*” no Congresso Virtual UFBA, em maio de 2020, o contexto pandêmico tem sido uma “tempestade perfeita” para alimentar uma crise que já existia. A baixa aprendizagem dos estudantes, a desvalorização docente, as péssimas condições das escolas brasileiras, os inúmeros ataques a Educação, Ciências e Tecnologias, são alguns dos pontos que caracterizam essa crise. A pandemia, ainda segundo ele, só escancara o quanto a Educação no Brasil é uma reprodutora de desigualdades. Portanto, as discussões empreendidas neste volume de “***Educação: Agregando, Incluindo e Almejando Oportunidades***”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, assim como também da prática docente.

Este livro, ***Educação: Agregando, Incluindo e Almejando Oportunidades***, reúne um conjunto de textos, originados de autores de diferentes estados brasileiros e países, e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, gênero, tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, entre outros. Os autores que constroem essa obra são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A TEMÁTICA INDÍGENA NA ESCOLA: A CULTURA DO ESTEREÓTIPO - UMA TRISTE REALIDADE	
Guilherme Augusto Martins da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1602021091	
CAPÍTULO 2	7
UTILIZAÇÃO DE METODOLOGIAS ATIVAS NA MONITORIA ACADÊMICA DE SAÚDE DA MULHER NA GRADUAÇÃO DE ENFERMAGEM	
Amanda Alcantara de Sousa	
Maria Kleyssiane de Melo Alexandre	
Brenda Belém Luna Sampaio	
Cinthia Gondim Pereira Calou	
Dayanne Rakelly de Oliveira	
Glauberto da Silva Quirino	
Maria de Fátima Esmeraldo Ramos Figueiredo	
Rachel de Sá Barreto Luna Callou Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.1602021092	
CAPÍTULO 3	16
AFETIVIDADE E ACOLHIMENTO COMO FERRAMENTAS NA CONSOLIDAÇÃO DA APRENDIZAGEM: UM CASO EM UMA FACULDADE PARTICULAR NA CIDADE DE NATAL/RN	
Ary Luiz de Oliveira Peter Filho	
DOI 10.22533/at.ed.1602021093	
CAPÍTULO 4	31
JOGOS COMO POTENCIALIZADORES DO ENSINO DA MATEMÁTICA NAS SALAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E NAS SALAS DE AULA COMUM	
Ana Paula Xavier	
Gabriel Pigozzo Tanus Cherp Martins	
DOI 10.22533/at.ed.1602021094	
CAPÍTULO 5	37
O QUE DIZEM AS CRIANÇAS SOBRE SUAS ESCOLAS? ESTUDO EXPLORATÓRIO COM CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE PONTA GROSSA	
Gisele Brandelero Camargo	
DOI 10.22533/at.ed.1602021095	
CAPÍTULO 6	52
POSSÍVEIS EFEITOS DA DIMINUIÇÃO DO ESTUDO EM PEÇAS NATURAIS AOS ALUNOS DO ENSINO EM SAÚDE	
Pedro Henrique Teixeira dos Santos	
Ellen Maria de Matos	

David Marlon Vieira Santos
Luana Guimarães da Silva
Luciana Mara da Costa Moreira
Ubiratan Contreira Padilha
DOI 10.22533/at.ed.1602021096

CAPÍTULO 7..... 61

A PEDAGOGIA VISUAL AUXILIANDO O TRABALHO DE CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS MATEMÁTICOS PARA ALUNOS SURDOS NA CONDIÇÃO DO ESPECTRO AUTISTA

Ana Paula Xavier
Flávia Cristina dos Reis Abud Fonseca

DOI 10.22533/at.ed.1602021097

CAPÍTULO 8..... 65

ECOLOGIA E CUIDADO NA 'LOUVADO SEJAS' E NO PENSAMENTO DE AMARTYA SEN: PROPOSIÇÕES PARA UMA ÉTICA RESPONSÁVEL E UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO LIVRE E SUSTENTÁVEL

Lino Rampazzo
José Marcos Miné Vanzella

DOI 10.22533/at.ed.1602021098

CAPÍTULO 9..... 84

FUNCIONAMENTO E ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA-AL

Jessica Lima Feitoza
Noélia Rodrigues dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.1602021099

CAPÍTULO 10..... 96

EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS: A IMPORTÂNCIA DO PLANO NACIONAL EM DIREITOS HUMANOS PARA CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA

Tereza Cristina Rodrigues de Lima Bastos
Chrystian Tomaz de Mesquita Silva
Elizabeth Rodrigues de Souza

DOI 10.22533/at.ed.16020210910

CAPÍTULO 11..... 102

A GEOMETRIA COM ORIGAMI: UM MATERIAL DE APOIO PARA O PROFESSOR

Anita Lima Pimenta
Eliane Scheid Gazire

DOI 10.22533/at.ed.16020210911

CAPÍTULO 12.....110

DESENHO DE UM PROGRAMA DIDÁTICO DE DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA COMUNICATIVA ORAL (CCO): UMA VISÃO SOCIOCULTURAL

DA LINGUAGEM

Carla Cristina Fernandes Monteiro
Fernanda Leopoldina Parente Viana
João Manuel Pires da Silva e Almeida Veloso

DOI 10.22533/at.ed.16020210912

CAPÍTULO 13..... 126

SOFRIMENTO PSÍQUICO NO ENSINO SUPERIOR: ENLACES DO CONTEMPORÂNEO COM A EDUCAÇÃO

Yasmim Bezerra Furtado de Pinho
Thaís Félix Cruz
Artur Gevázio Lira da Silva
Adryssa Bringel Dutra
Mariana Gonçalves Farias

DOI 10.22533/at.ed.16020210913

CAPÍTULO 14..... 136

O SUICÍDIO NO CONTEXTO ESCOLAR: O COMPLEXO E EMERGENTE FENÔMENO ATRAVÉS DO BULLYING E DOS DESDOBRAMENTOS DO JOGO VIRTUAL BALEIA AZUL

Fábia de Oliveira Rodrigues Maruco
Lino Rampazzo

DOI 10.22533/at.ed.16020210914

CAPÍTULO 15..... 152

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PEDAGOGO PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Hellen Lourdes Ramos Marques
Gislânya Santos Teixeira
Rosemeire da Silva Dantas Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.16020210915

CAPÍTULO 16..... 160

A BAIXA TECNOLOGIA ASSISTIVA A SERVIÇO DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Luciana de Jesus Botelho Sodré dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.16020210916

CAPÍTULO 17..... 175

EMPRESARIALISMO & GERENCIALISMO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE MACEIÓ: UMA ANÁLISE DO DISCURSO

Adelson Gomes da Silva
Elione Maria Nogueira Diógenes

DOI 10.22533/at.ed.16020210917

CAPÍTULO 18..... 184

O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL E SEU OLHAR

DIRECIONADO PARA O MERCADO
Maria das Graças Correia Gomes
Wellyngton Chaves Monteiro da Silva
DOI 10.22533/at.ed.16020210918

CAPÍTULO 19..... 192

SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS PARA EDUCAÇÃO JURÍDICA NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO
Camila Bernardino de Oliveira Lamas
Marcos Pavani de Carvalho
DOI 10.22533/at.ed.16020210919

CAPÍTULO 20..... 200

A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO ENSINO SUPERIOR: OBRIGAÇÃO? OPÇÃO? OPORTUNIDADE?
Antônio Augusto Baptista Rodrigues
DOI 10.22533/at.ed.16020210920

CAPÍTULO 21..... 209

TEORIA E PRÁTICA DE UMA AÇÃO EDUCATIVA EM CONVERGÊNCIA COM A TEORIA DO MODELO BIOECOLÓGICO
Carla Josiane dos Santos Costa
Hélio Ferreira Orrico
Edicléa Mascarenhas Fernandes
DOI 10.22533/at.ed.16020210921

SOBRE O ORGANIZADOR..... 221

ÍNDICE REMISSIVO..... 222

FUNCIONAMENTO E ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA-AL

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 28/05/2020

Jessica Lima Feitoza

Universidade Federal de Alagoas – *Campus*
Sertão
Água Branca - AL
<http://lattes.cnpq.br/5228109264772421>

Noélia Rodrigues dos Santos

Universidade Federal de Alagoas – *Campus*
Sertão
Maceió - AL
<http://lattes.cnpq.br/5674284994338873>

RESUMO: Anualmente é crescente o número de matrículas de estudantes com necessidades educacionais especiais em escolas regulares. Estes alunos são o público-alvo da educação especial e tem direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). O AEE, por sua vez, está previsto em Lei sendo obrigatório nas escolas de educação básica, ocorrendo prioritariamente nas Salas de Recurso Multifuncionais (SRM). Dessa forma, surgiu o interesse em saber sobre como o AEE tem se efetivado nessas instituições. Dessa forma, nosso objetivo foi compreender a organização e o funcionamento da sala de recursos multifuncionais de uma escola pública. Para tanto foi realizada uma pesquisa junto a uma escola de educação básica localizada no município de Água Branca - AL e tivemos a participação do professor responsável pela sala de recursos multifuncionais, que respondeu a um

questionário. As respostas obtidas nos permitiu a elaboração de três categorias de análise: 1) Clientela atendida e funcionamento da sala de recursos, 2) Articulação com Professores e Família e 3) Dificuldades enfrentadas. AEE envolve alguns desafios, porém, isso não impede que este seja oferecido de forma eficiente e satisfatória e promova o desenvolvimento e a inclusão social.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva, Atendimento Educacional Especializado, Sala de Recursos Multifuncionais.

FUNCTIONING AND ORGANIZATION OF THE MULTIFUNCTIONAL RESOURCES ROOM: A CASE STUDY IN THE CITY OF ÁGUA BRANCA-AL

ABSTRACT: Annually the number of enrollments of students with special educational needs in regular schools is increasing. These students are the target audience of special education and are entitled to Specialized Educational Service (AEE). The AEE, in turn, is provided by law and is mandatory in schools of basic education, occurring primarily in the Multifunctional Resource Rooms (SRM). Thus, there was an interest in knowing how the ESA has been carried out in these institutions. Thus, our goal was to understand the organization and functioning of a public school's multifunctional resource room. To this end, a survey was conducted at a basic education school located in the municipality of Água Branca - AL and we had the participation of the teacher responsible for the multifunctional resource room, who answered a questionnaire. The answers obtained allowed us to elaborate

three categories of analysis: 1) Clientele served and operation of the resource room, 2) Articulation with Teachers and Family and 3) Difficulties faced. ESA involves some challenges, however, this does not prevent it from being offered efficiently and satisfactorily and promotes development and social inclusion.

KEYWORDS: Inclusive Education, Specialized Educational Service, Multifunctional Resource Room.

1 | INTRODUÇÃO

Atualmente assistimos ao crescente número de estudantes com necessidades educacionais especiais matriculados em escolas regulares e assim, caracterizam o público-alvo da Educação Especial. A Lei 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece que deve haver, quando necessário, serviços de apoio especializado a esses estudantes, de forma a atender suas peculiaridades, e afirma que é dever do estado a garantia de

Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1996, on-line).

A oferta de atendimento educacional especializado pelos sistemas de ensino é obrigatória, uma vez que tem como propósito apoiar o desenvolvimento dos estudantes com necessidades educacionais especiais. A Resolução N°4, de 2 de outubro de 2009 reafirma os objetivos do AEE e reforça que a educação especial deve perpassar todos os níveis e modalidade da educação. Além disso, explica que o AEE é parte do processo educacional e deve ser realizado, prioritariamente, em salas de recursos multifuncionais (SRM) da própria escola ou em uma de outra instituição (BRASIL, 2009).

Sendo assim, considerando que o atendimento educacional especializado está previsto na Lei, nos questionamos sobre como este tem se efetivado nas escolas brasileiras. Poderemos ter essa compreensão a partir das informações dadas pelos professores do atendimento educacional especializado, que são responsáveis pelas SRM. Dessa forma, partimos do seguinte questionamento: o que os professores das salas de recursos multifuncionais têm a nos dizer sobre seu trabalho?

Buscando responder ao questionamento, foi realizada uma pesquisa em uma escola de educação básica localizada no município de Água Branca – AL. Nosso objetivo foi compreender a organização e o funcionamento da sala de recursos multifuncionais de uma escola pública. Contamos então, com a participação do professor responsável pela SRM da referida instituição, que respondeu a um questionário. Mediante as respostas obtidas elaboramos três categorias de análise: 1) Clientela atendida e Funcionamento da SRM 2) Articulação com Professores e

Família e 3) Dificuldades enfrentadas. O AEE, por meio do funcionamento da sala de recursos multifuncionais, revelou-se como um recurso importante na promoção do desenvolvimento dos alunos e na inclusão social.

2 | A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

A educação foi historicamente caracterizada com base na visão de uma escola que se limitava a poucos, de forma que o acesso às escolas e à educação era apenas para pessoas ditas “normais”, que não possuíam nenhuma deficiência, advindos de famílias que tivessem certo poder aquisitivo ou que tinham influências na sociedade. Deste modo, uma forma de exclusão foi legitimada nas práticas educacionais e nas políticas sociais implantadas. Segundo Mantoan (2003, p. 13):

A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar. Ocorre que a escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Exclui, então, os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende que a democratização é massificação de ensino e não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos, não se abre a novos conhecimentos que não couberam, até então, dentro dela.

A partir do processo de democratização da escola, os sistemas de ensino passaram a ser universalizados; em consequência, o paradoxo de inclusão e exclusão passou a ser evidenciado, visto que os sujeitos pertencentes a grupos considerados “fora dos padrões” ou “socialmente diferentes” continuavam a ser excluídos das instituições de ensino. Para Prieto (2006, p. 33) as escolas, por produzirem um modelo tradicional de educação, “não têm demonstrado condições de responder aos desafios da inclusão social e do acolhimento às diferenças nem de promover aprendizagens necessárias à vida em sociedade”.

Sobre essa dificuldade em lidar com a diferença, Mantoan (2003) acrescenta que ela tem relação com o pensamento que embasa os sistemas escolares, que recorta a realidade e divide os estudantes em normais ou deficientes, separa as modalidades de ensino em regular ou especial e classifica os docentes em especialistas. Essa lógica de organização marca

[...] uma visão determinista, mecanicista, formalista, reducionista, própria do pensamento científico moderno, que ignora o subjetivo, o afetivo, o criador, sem os quais não conseguimos romper com o velho modelo escolar para produzir a reviravolta que a inclusão impõe (MANTOAN, 2003, p. 13).

Neste sentido, ainda segundo a autora, para que aconteça esta reviravolta é necessário que essas categorizações sejam extintas. Para que possamos pensar em

uma educação que tenha como propósito a inclusão, devemos buscar articulação e interdependência entre as partes que entram em conflito no nosso pensamento, nas nossas ações e sentimentos, pois, ao adotarmos este tipo de atitude, estaríamos automaticamente remoldando práticas típicas das escolas tradicionais.

O fato é que os sistemas de ensino abriram-se para as diferenças, seguindo o pressuposto de que todos tem direito a uma educação de qualidade. Especificamente em si tratando da inclusão dos estudantes com necessidades educativas especiais em nosso país, à discussão sobre a necessidade dos mesmos serem matriculados na escola regular é de longa data.

Mazzotta (1996) explica que as primeiras iniciativas governamentais, em nível nacional, para a educação especial datam da década de 1950 com a criação das campanhas específicas para o atendimento educacional às pessoas com deficiência. Mendes (2010) esclarece que entre as décadas de 1970 a 1990 apenas cerca de 2% dos estudantes com deficiência tinham acesso à escola, mesmo assim, se deparavam com uma educação excludente nas classes especiais das escolas públicas.

Fumes (2010, p. 32) acrescenta que “em termos educacionais, os anos 1990 foram especialmente ricos e importantes para consolidar a ideia de uma escola para todos”. Em especial, destacou a Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que norteia os sistemas de ensino sobre o que é e quais os propostos da educação especial.

Ou seja, a discussão é longa e os avanços foram lentos. Hoje, temos números consideráveis, mas concordamos com Mantoan (2006, p. 25) que é necessário “assegurar não apenas o acesso, mas a permanência e o prosseguimento do estudo desses alunos”. Ora, após matricular os estudantes é necessário criar condições para que permaneçam e completem sua escolarização. Para tanto, em nosso país políticas públicas tem sido implementadas para garantir a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino regular, buscando efetivar uma educação verdadeiramente inclusiva.

2.1 O Atendimento Educacional Especializado

Outrora falamos sobre o aumento no número de estudantes com necessidades educacionais especiais em escolas regulares. Mas, como bem colocado pelas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, a presença desses alunos nas escolas não pode ser limitada à simples presença física junto a outros estudantes, mas sim deve oportunizar que os sistemas educacionais revejam paradigmas e princípios, buscando a reflexão sobre como favorecer para que esses estudantes tenham seu potencial desenvolvido à medida que suas diferenças são respeitadas. E no contexto da educação inclusiva “não é o aluno que se amolda

ou se adapta à escola, mas é ela que, consciente de sua função, coloca-se a disposição do aluno, tornando-se um espaço inclusivo” (BRASIL, 2001a, p. 29). Por isso Mantoan (2003) afirma que se a escola abrir suas portas para as diferenças e para o ensino de qualidade, ela não será mais a mesma.

Foi considerando a necessidade de se promover um ambiente escolar inclusivo, levando-se em conta as diferenças dos estudantes, que as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica foram instituídas por meio da Resolução N° 2 CNE/CEB, de 11 de setembro de 2001, que prevê em seu artigo 2° que os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, sendo dever da escola organizar o atendimento àqueles com necessidades educacionais especiais, para garantir condições de uma educação de qualidade (BRASIL, 2001b).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) em geral, ocorre na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), tendo como público-alvo alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/ superdotação, que estejam matriculados na escola de ensino regular. A Resolução CNE/CEB n° 4/2009, que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, em seu artigo 4°, define como público – alvo do AEE:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/ superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade (BRASIL, 2009, p. 01).

O AEE busca complementar a formação dos estudantes, tendo em vista a valorização de sua autonomia e independência dentro e fora da escola. Nesse contexto, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva explica que o AEE “tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008, p. 16).

O AEE visa apoiar o desenvolvimento dos estudantes e sua oferta nos sistemas

de ensino é obrigatória. A Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009, reafirma sobre a matrícula de estudantes com necessidades educacionais especiais em classes regulares e no AEE. Reforça que a educação especial deve se realizar em todos os níveis e modalidades de ensino, sendo o AEE parte do processo educacional, e deve ser realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em uma de outra instituição, no turno inverso ao que o estudante está matriculado na classe regular. Cabe ao professor que atua na sala de recursos multifuncionais, em articulação com os demais docentes do ensino regular, com a cooperação da família e em interface com os demais serviços de apoio, elaborar e executar o plano de AEE (BRASIL, 2009). O Artigo 10 desta mesma resolução esclarece sobre como a escolar regular deve ser organizar na oferta do AEE, devendo prever em sua organização:

I – sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;

II – matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;

III – cronograma de atendimento aos alunos;

IV – plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;

V – professores para o exercício da docência do AEE;

VI – outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção;

VII – redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE (BRASIL, 2009, p. 02).

Nosso país tem avançado quando a legislação na área de educação inclusiva. A proposta é garantir o acesso e permanência de estudantes com necessidades educacionais especiais no sistema de ensino regular. O AEE é um dos recursos que contribui para que estes alunos permaneçam na escola, favorecendo para o desenvolvimento e aprendizagem dos mesmos.

3 | PERCURSO METODOLÓGICO

Nossa pesquisa é de natureza qualitativa, pois nos permite explorar de maneira mais aprofundada atitudes e hábitos, crenças e valores presentes no universo da pesquisa, pois esta “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (MINAYO, 2012, p.21).

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, que foi realizado numa escola de educação básica. De acordo com Gil (2002) por meio do estudo de caso é possível ter uma visão geral da realidade da escola pesquisada diante do tema proposto, bem como identificar possíveis fatores que influenciam nessa realidade.

Nosso estudo foi realizado numa escola localizada em Água Branca, cidade situada no alto sertão do estado de Alagoas. A instituição foi escolhida por ser uma das principais unidades no município que oferece Atendimento Educacional Especializado. Esta instituição conta com uma sala de recursos multifuncionais e dispõe de um professor especialista.

O responsável pela sala de recursos multifuncionais é o professor João¹, que é graduado em Pedagogia, pós-graduado em Atendimento Educacional Especializado (AEE) e possui mais duas pós-graduações em educação especial. Este professor trás em sua bagagem uma experiência de doze anos na área da educação especial e desenvolve o seu trabalho como muito amor e dedicação.

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário. A coleta de dados ocorreu em novembro de 2018.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Mediante as respostas dadas pelo professor, foram elaboradas três categorias de análise, são elas: 1) Clientela atendida e Funcionamento da sala de recursos; 2) Articulação com Professores e Família e 3) Dificuldades enfrentadas.

4.1 Clientela atendida e funcionamento da sala de recursos

Na sala de recursos onde ocorreu a pesquisa, 22 alunos são atendidos. São estudantes oriundos da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. 16 alunos são do sexo masculino e 6 do sexo feminino. Quanto à necessidade educacional especial, temos estudantes com deficiência intelectual, motora, auditiva e múltiplas deficiências. Há também estudantes com autismo, com dislexia e com Transtorno de Déficit de Atenção/ Hiperatividade (TDAH). O professor nos explicou que:

A dinâmica de atendimento é pautada nas necessidades de cada grupo de aluno. Existe um cronograma para cada grupo de alunos. Por exemplo: há alunos que são atendidos individualmente, alguns são atendidos por horários e outros são atendidos em grupos (Professor João).

¹ Nome fictício para preservar sua identidade.

Para o desenvolvimento das atividades propostas pelo Professor João, a sala de recursos possui mobiliário composto por: armário, três birôs, uma mesa redonda com cinco cadeiras, uma TV e dois computadores. Conta também com materiais didáticos e pedagógicos utilizados para trabalhar números, letras, o corpo humano, entre outros; possui recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento dos alunos que são público-alvo da Educação Especial.

O horário de atendimento da sala de recursos onde a pesquisa foi realizada é diurno, tendo início às 8:00h e terminando às 11:00h da manhã e no período da tarde, das 13:00h às 16:30h. De segunda a quinta-feira. Às sextas-feiras do mês são divididas para as seguintes atividades: estudos compartilhados na Secretaria Municipal de Educação (SEMED); planejamento do AEE e para reunião com os pais e visitas domiciliares caso necessário.

O atendimento na sala de recursos multifuncionais deve acontecer no horário contrário ao das aulas na classe regular, pois, a sala de recursos não substitui a mesma. Tendo em vista que o AEE representa um recurso complementar, que tem como objetivo desenvolver um trabalho específico, de modo a explorar as habilidades e dificuldades de cada criança, assim, levando-as a superar as suas limitações (BRASIL, 2010, p. 6).

O trabalho na SRM pode ser desenvolvido tanto em grupo, como individualmente, o fator determinante para a escolha do procedimento metodológico parte da análise, observação e avaliação feita pelo professor. As atividades são desenvolvidas e planejadas com base no Plano de Desenvolvimento individual (PDI) documento constituído por um roteiro de avaliação e intervenção pedagógica para os alunos que frequentam a SRM.

4.2 Articulação com professores e família

A importância da existência de uma articulação entre professores e família é indiscutível, pois, é a partir desta que o aluno poderá se desenvolver de modo efetivo, uma vez que, é por meio deste contato, que o professor da sala de recursos multifuncionais conhecerá o seu aluno e poderá planejar e desenvolver melhor as atividades de acordo com a necessidade de cada um.

De acordo com o professor João, o contato com alguns professores fica comprometido pelo fato de alguns alunos serem de outras escolas. Deste modo, a falta de contato dificulta o diálogo entre ambos, assim como interesse destes profissionais. O mesmo não acontece na escola que sedia a SRM, pois, o convívio diário com os educadores e com os alunos favorece este contato direto.

Na escola onde a pesquisa foi realizada, o plano de atendimento é feito junto com o professor da sala regular. O plano é feito mediante as observações do professor João durante a anamnese e as observações dos professores da sala

regular, que com bases nestas observações montam atividades que possam servir de auxílio no desenvolvimento escolar e social do aluno.

O Contato com os pais acontece nas reuniões que são realizadas pelo menos uma vez ao mês. Neste momento o professor João tem a oportunidade de falar sobre os avanços, dificuldades e sobre a convivência dos alunos em contexto geral.

Um grande problema está no preconceito que perdura nos dias atuais, na dificuldade de algumas famílias em aceitar ter um filho com necessidades educacionais especiais, assim como, no comodismo dos professores das turmas de ensino regular, que por vezes invisibiliza o aluno com necessidades por ser mais fácil e cômodo de lhe dar, ao invés de buscar meios e técnicas para utilizar em contrapartida com os estímulos que o aluno recebe na Sala de Recursos Multifuncionais.

Por este motivo, concordamos com Mantoan (2003, p. 31) quando ela diz que

Infelizmente não estamos caminhando na direção da inclusão, seja por falta de políticas públicas de educação, seja por outros motivos menos abrangentes, mas relevantes, como pressões corporativas, ignorância dos pais e pela acomodação dos professores.

Acreditamos que para que a inclusão de fato aconteça é importante o trabalho em conjunto de professores do ensino regular, professor da educação especial e da família.

4.3 Dificuldades encontradas

O professor João nos falou sobre as dificuldades que permeia sua atuação. Indicou que uma das principais dificuldades identificadas por ele é quando a metodologia não ocorre como planejada. Ele nos fez o seguinte esclarecimento:

[dificuldade] Sempre existe, mas faz parte do trabalho e sempre quando a metodologia não dá certo tem sempre o segundo plano (Professor João)

Explica que é frequente preparar uma aula e tão logo, tem que partir para o segundo plano, pois o aluno não se sentiu estimulado, nem tão pouco quis participar das atividades propostas. Outra dificuldade é quando os alunos não tomam o medicamento e acabam ficando agressivos.

Segundo Poker et al (2013) o grande desafio dos professores que assumem a regência da SRM é justamente o de atender a uma população diversificada, e criar condições para que estes se desenvolvam e tenham acesso ao currículo da sala de aula regular. Os autores defendem a ideia de que, para a escola se tornar de fato inclusiva, o Projeto Político Pedagógico (PPP) deverá passar por reformulação, assim como as práticas institucionais da escola, de modo a inovar o sistema educacional e fazer uma educação mais humana e democrática. Para mais,

Mantoan (2003, p. 32) ressalta que:

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas (especialmente as de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada.

Olhar o processo de inclusão escolar em nossas escolas é nos ver diante de um grande desafio para todos que estão na escola. Dessa forma, é necessário e urgente enfrentar esse desafio para promover uma educação verdadeiramente inclusiva.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para realizar nossa pesquisa partimos de um questionamento: o que os professores das salas de recursos multifuncionais têm a nos dizer sobre seu trabalho? Ouvimos um professor, que nos disse muito.

Verificamos que o professor atende uma clientela muito diversificada. O que por si só já representa um grande desafio, pois cada um desses alunos tem suas especificidades e diferenças, devendo o professor conhecer bem cada um deles para criar seu plano de atendimento, de forma a garantir o desenvolvimento e aprendizagem.

A sala possui mobiliário e materiais didáticos e pedagógicos para trabalhar diversos conteúdos. Além disso, possui recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento dos alunos que frequentam a sala. Isso mostra, que os programas que visam implementar as salas de recursos multifuncionais parecem funcionar a contento.

Pela especificidade dessa sala, a de atender alunos de outras escolas, verificamos que essa falta de contato do professor da SRM com o da sala regular se constitui como um problema, pois impede que parcerias sejam feitas.

Uma sala de recursos multifuncionais que funcione de forma satisfatória pode ser um diferencial para a permanência de alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular, sendo, portanto, um meio de promover o desenvolvimento individual, a inclusão escolar e social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso: 14 de nov. de 2018.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 05 de mai. 2020

_____. Ministério da Educação. **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**. 2010. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://portal.mec.gov.br/docman/fevereiro-2012-pdf/9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&ved=2ahUKEwj32o-BiNveAhUFfZAKHcSHBnAQFjAAegQIBB&u-sg=AOvVaw2PaLYMcrmfogkrMGle4KQa&cshid=1542445189043>. Acesso em: 10 de Nov 2018.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: MEC/CNE, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 07 de nov. 2018

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 10 de Nov. de 2018.

_____. **Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/CNE, 2001b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao2.pdf>. Acesso em: 08 de nov. de 2018.

FUMES, N. L. F. Da exclusão à inclusão: caminhos e descaminhos da educação da pessoa com deficiência. In: FUMES, N. L. F. (org.). **A inclusão do aluno com deficiência mental na educação fundamental**. Maceio: EDUFAL, 2010. p. 23 – 38.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse estatística da educação básica** 2018. Brasília: INEP, 2019. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em 13 de fev. 2019.

MANTOAN, M. T. E. Igualdade e diferença na escola: como andar no fio da navalha. In: MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. 5 ed. São Paulo: Summus, 2006. p. 15-30.

_____. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MENDES, E. G. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, vol. 22, n. 57, p. 93-109, mayo-agosto, 2010. Disponível em: <https://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/revistaey/article/viewFile/9842/9041>. Acesso em: 10 de nov. de 2018.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

POKER, R. B. et al. **Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/af-livro_9_poker_v7.pdf. Acesso em: 10 de nov. de 2018.

PRIETO, R. G. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas no Brasil. In: MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G. **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. 5 ed. São Paulo: Summus, 2006. p. 31-73.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento 14, 16, 17, 86, 100

Afeto 16, 17, 18, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30

Aluno 1, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 35, 36, 42, 44, 51, 61, 62, 63, 64, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 94, 105, 107, 111, 117, 120, 141, 148, 149, 156, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 185, 192, 196, 199, 200, 201, 202, 203, 206, 207, 211, 212, 213, 214

Amartya Sen 66, 81, 83

Anatomia humana 52, 55, 56, 58, 59, 60

Anos iniciais 152, 153, 154, 158

Aprendizagem 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 47, 52, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 64, 89, 93, 102, 107, 108, 111, 113, 114, 121, 131, 138, 155, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 167, 168, 170, 172, 173, 174, 176, 180, 181, 182, 184, 188, 195, 196, 197, 199, 200, 202, 203, 207, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 220

Aprendizagem significativa 31

Atendimento educacional especializado 31, 32, 61, 62, 84, 85, 87, 88, 90, 94, 95, 160, 162, 165, 173, 174

Autismo 61, 64, 88, 90

Avaliação sistêmica 184, 185

Axiomas 102, 103, 104, 105, 107

B

Baixa tecnologia assistiva 160, 161, 163, 164, 166, 171, 172

Baleia azul 136, 137, 138, 144, 145, 147, 149, 150, 151

Bullying 136, 137, 138, 140, 141, 142, 144, 149, 150, 151

C

Competência comunicativa oral 110, 112, 114, 115, 116, 117, 121, 122

Contemporaneidade 126, 127, 129, 132, 133, 146, 149

Cultura 1, 2, 3, 4, 5, 6, 21, 33, 36, 41, 44, 45, 48, 49, 50, 70, 75, 95, 96, 98, 99, 100, 113, 126, 127, 128, 134, 138, 140, 155, 173, 174, 179, 182, 190, 200, 203, 205, 206, 207, 221

D

Deficiência intelectual 90, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 172, 173, 174

Democracia 77, 83, 96, 97, 98, 99, 100, 199

Desenvolvimento 7, 9, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 33, 43, 50, 52, 53, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 99, 102, 106, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 120, 121, 129, 130, 132, 136, 137, 138, 139, 152, 155, 159, 160, 161, 163, 165, 169, 172, 173, 174, 175, 176, 181, 182, 188, 194, 195, 196, 199, 200, 201, 202, 206, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221

Desenvolvimento sustentável 65, 76, 77, 80, 81, 83

Direitos humanos 77, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 140, 141, 149, 151, 173, 219

Discurso 32, 111, 114, 117, 118, 126, 133, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 191

E

Ecologia 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 76, 81, 83, 211, 219

Educação 1, 6, 9, 13, 14, 15, 17, 18, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 59, 60, 64, 65, 66, 73, 76, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 107, 108, 109, 110, 116, 118, 122, 123, 126, 128, 129, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 142, 147, 149, 151, 154, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 167, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 207, 209, 210, 211, 219, 221

Educação inclusiva 32, 35, 36, 64, 84, 86, 87, 88, 89, 94, 160, 161, 162, 164, 173

Educação infantil 37, 38, 39, 40, 47, 48, 49, 50, 90, 154, 167

Educação jurídica 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199

Empresarialismo 175, 176

Enfermagem 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 52, 59, 131, 134, 135

Ensino de ciências 152, 153, 154, 155, 159

Ensino médio integrado 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

Estado 27, 70, 79, 80, 85, 90, 96, 98, 99, 100, 138, 160, 174, 176, 179, 184, 185, 186, 188, 190, 195, 198, 209, 210, 221

Estereótipo 1, 2, 3, 5

Estratégia 7, 10, 11, 33, 43, 61, 62, 115, 164, 171, 179, 200, 202, 203, 205, 207, 213

Estudantes da saúde 52

Ética responsável 65, 66

Expressão oral 110, 112, 115, 116, 120, 121, 123

F

Fala das crianças 37

Formação continuada 33, 152, 153, 154, 156, 157, 159, 179, 180, 182

G

Geometria 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109

Gerencialismo escolar 175, 180, 182

I

Indígena 1, 2, 3, 4, 5, 6

Interação 21, 22, 34, 35, 72, 110, 112, 113, 114, 117, 122, 147, 158, 172, 177, 196, 203, 207, 209, 210, 212, 213

Interação social 21, 110, 112

J

Jogos 27, 31, 33, 34, 35, 144, 147, 149, 150, 161, 167

L

Louvado sejam 65, 66, 67, 76, 81

M

Matemática 31, 33, 35, 60, 64, 102, 104, 105, 106, 108, 109, 114, 153, 171, 187, 188, 221

Metodologias ativas 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 194, 195

Monitoria 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15

O

Origami 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

P

Peças naturais 52, 54, 55, 56, 57

Pedagogia 25, 27, 36, 38, 61, 62, 64, 90, 101, 152, 153

Pedagogia visual 61, 62, 64

Políticas educacionais 96, 176, 179, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191

Prática pedagógica 9, 25, 30, 37, 38, 40, 42, 43, 161, 163, 172

ProfEPT 192, 193

Professor 1, 2, 8, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 84, 85, 89, 90, 91, 92, 93, 98, 102, 106, 107, 108, 111, 114, 132, 148, 153, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 172, 174, 181, 187, 203, 213, 221

Programa de intervenção didática 110

R

Reformas educativas 184

S

Sala de recursos multifuncionais 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 160, 167

Sequências didáticas 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

Sofrimento psíquico 126, 129, 131, 133, 134, 135

Suicídio 136, 137, 138, 141, 143, 144, 145, 148, 149, 150, 151

Surdez 61

T

Tempo e espaço 37, 40, 48, 165, 169

Transformação digital 200, 203, 204, 205, 206, 207

EDUCAÇÃO: AGREGANDO, INCLUINDO E ALMEJANDO OPORTUNIDADES

5

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

EDUCAÇÃO: AGREGANDO, INCLUINDO E ALMEJANDO OPORTUNIDADES

5

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br